



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Governo

Ofício Externo nº 232/2018 - NAF

Araucária, 13 de abril de 2018.

Ao Senhor
BEN HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária
Rua: Irmã Elizabeth Werka, 55
Araucária/Pr

Assunto: **Veto ao PL 21/2018**

Senhor Presidente,

Vimos pelo presente encaminhar a Vossa Excelência o Veto e suas Razões proposto pelo Senhor Prefeito Municipal, ao Projeto de Lei nº 21/2018 de iniciativa da Câmara Municipal de Araucária.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

MONAH ZEIN

Diretora Geral da Secretaria Municipal de Governo

PROTOCOLO Nº 1816/2018
EM: 13 / 04 / 2018
FUNCIONÁRIO:

41 3614-1691

Rua Pedro Druszczyk, 111 - CEP 83702-080 - Centro - Araucária / PR

ter



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4457/2018

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 21/2018 que altera e acresce dispositivos na Lei Municipal nº 2.983, de 01 de junho de 2016, conforme especifica.

**DELIBERAÇÃO DO PODER EXECUTIVO:
VETO AO PROJETO DE LEI N.º 21/2018**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, acuso o recebimento do Ofício nº 053/2018-PRES/DPL, referente ao Projeto de Lei n.º 21/2018, de autoria parlamentar, que altera e acresce dispositivos na Lei Municipal nº 2.983, de 01 de junho de 2016, conforme especifica.

Entretanto, manifesto pelo VETO ao referido Projeto, pelas razões adiante expostas.

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei em epígrafe trata de alteração da Lei Municipal nº 2.983, de 01 de junho de 2016, objetivando a criação, no âmbito da Câmara Municipal de Araucária, das funções gratificadas de Coordenação, Controlador Interno e Especial.

Não consta nos autos a motivação para a pretensão.

Acerca da competência para dispor sobre a estrutura e organização administrativa da Câmara Municipal, a Lei Orgânica do Município de Araucária - LOMA estabelece:

Art. 27. *Compete à Comissão Executiva, dentre outras atribuições:*

I - a iniciativa de Projetos de Resolução que criem ou extingam cargos administrativos em sua estrutura, disponham sobre a organização de seus serviços e, através de Projeto de Lei, a fixação dos respectivos vencimentos e vantagens; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 10/2002)

Logo, há discricionariedade do Poder Legislativo quando da criação de funções e a fixação das respectivas vantagens de seus servidores, de modo que compete à Comissão Executiva a iniciativa.

Portanto, neste aspecto, não há inconstitucionalidade por vício formal, ou seja, em seu processo de formação, visto que a elaboração do processo legislativo deu-se por autoridade competente para tanto.



De outro norte, cumpre-nos à análise da constitucionalidade material, isto é, relativa ao conteúdo da proposta.

O Projeto de Lei visa, em suma, a criação das funções gratificadas de Coordenação, Controlador Interno e Especial.

Nota-se, contudo, que a pretensão de criação de funções gratificadas a serem atribuídas aos servidores efetivos da Câmara Municipal de Araucária já foi objeto de apreciação no Projeto de Lei nº 066/2017, também de iniciativa da Comissão Executivo, o qual foi aprovado pelo Legislativo nas sessões realizadas nos dias 05 e 12 de dezembro de 2017.

Há que lembrar que referido Projeto foi vetado integralmente pelo Chefe do Poder Executivo, sendo, inclusive, mantido pelo Legislativo.

Considerando isso, cumpre-nos realizar o cotejo entre a proposição em epígrafe e o Projeto de Lei nº 066/2017. Sendo assim, vejamos:

"Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º Os vencimentos e vantagens dos Servidores da Câmara Municipal de Araucária ficam estruturados conforme o estabelecido nos Anexos I, II e III, partes integrantes desta Lei." (NR)

Art. 2º Fica alterado o parágrafo único ao artigo 1º da Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O valor mensal das gratificações constantes no Anexo III desta Lei será revisada na mesma data e nos mesmos índices aplicados à remuneração, à função gratificada e à função especial dos servidores da Câmara Municipal." (AC)

Art. 3º Fica alterado o caput do artigo 3º da Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, que passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica criada a Gratificação por Responsabilidade Técnica, vantagem acessória ao vencimento, devida ao servidor efetivo designado pela Câmara Municipal de Araucária como responsável técnico pela entidade e cadastrado junto a outros órgãos, incluído os de controle externo e de fiscalização de profissão regulamentada." (NR)

Art. 4º Fica alterado o § 1º do artigo 3º da Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, que passa a vigor com a seguinte redação:

"§ 1º A gratificação mensal por responsabilidade técnica será paga conforme os valores constantes no Anexo III desta Lei." (NR)

Art. 5º Fica acrescido o § 4º e suas alíneas I, II e III ao artigo 3º da Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:



Prefeitura do Município de Araucária

Gabinete do Prefeito

"§ 4º A designação de servidor como responsável técnico pela Contabilidade junto ao Tribunal de Contas do Estado observará o seguinte:"

"I - o responsável técnico pela Contabilidade deverá ser titular do cargo efetivo de Contador ou de Técnico em Contabilidade, com registro ativo perante o Conselho Regional de Contabilidade e possuir, preferencialmente, formação escolar de nível superior em Ciências Contábeis;

II - a designação de responsável técnico pela Contabilidade deverá recair sempre sobre servidor efetivo estável;

III - no ato da designação da Responsabilidade Técnica, o servidor efetivo assinará termo de responsabilidade, no qual conterá as suas atribuições."(AC)

Art. 6º Fica acrescido o artigo 3º-A à Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 3º-A Fica criada a Gratificação para a função de Controlador Interno da Câmara Municipal de Araucária.

§ 1º A função de Controlador Interno da Câmara Municipal será gratificada conforme o disposto no Anexo III desta Lei.

§ 2º Para ocupar a função de Controlador Interno será exigido que o servidor preencha os seguintes requisitos:

I - seja oriundo dos cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal de Araucária;

II - detenha estabilidade;

III - possua formação escolar de nível superior, preferencialmente em uma das seguintes áreas: Administração, Contabilidade, Economia ou Direito."(AC)

Art. 7º Fica acrescido o artigo 3º-B à Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"Art. 3º-B Fica assegurado o pagamento das gratificações de que tratam os artigos 3º e 3º-A ao servidor em gozo de férias ou em licenças e afastamentos legais de até 15 (quinze) dias.(AC)

Art. 8º Fica acrescido o Anexo III à Lei Municipal nº 2.322, de 28 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

"ANEXO III - TABELA DE VALORES DE GRATIFICAÇÃO MENSAL POR RESPONSABILIDADE TÉCNICA E FUNÇÃO DE CONTROLADOR INTERNO



Prefeitura do Município de Araucária

Gabinete do Prefeito

" (AC)

| ITEM | DESIGNAÇÃO | QTDE | VALOR |
|------|--|------|--------------|
| 1 | Gratificação por exercício de função de Controlador Interno | 01 | R\$ 4.433,46 |
| 2 | Gratificação por responsabilidade técnica pela Contabilidade | 01 | R\$ 4.021,28 |
| 3 | Gratificação por responsabilidade técnica de outra natureza | 12 | R\$ 1.300,00 |

" (AC)

Art. 9º As despesas resultantes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Araucária.

Art. 10 Revoga-se o § 2º e o § 3º do artigo 3º da Lei Municipal nº. 2.322, de 28 de dezembro de 2010.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 18 de outubro de 2017."

Percebe-se, pois, que os dois Projetos tratam da mesma matéria.

Em relação às matérias sujeitas à apreciação da Câmara, a Resolução nº 01/1993, de 14 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária e dá outras providências, compreende o seguinte:

Art. 104. A Mesa manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrega.

Parágrafo único. Não se receberá proposição sobre a matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada na Legislatura;

Destarte, em se tratando de matéria idêntica àquela já aprovada ou rejeitada na Legislatura, esta não será recebida pela Mesa, que deverá realizar o controle das proposições.

Nota-se, contudo, que, embora os Projetos tratem de alterações legislativas distintas (o PL nº 66/2017 altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.322/2010, enquanto o PL nº 21/2018 altera dispositivos da Lei Municipal nº 2983/2016), é notório que ambos tratam da mesma matéria, qual seja, criação de gratificações no âmbito da Câmara de Araucária.



Prefeitura do Município de Araucária

Gabinete do Prefeito

No que concerne ao conceito de "Legislatura", importante esclarecer, primeiramente, que tem a duração de quatro anos, e que coincide sempre com a duração do mandato dos Vereadores.

Destarte, em vista da matéria ora analisada e daquela constante do PL n° 66/2017, constata-se a utilização de denominações de determinadas gratificações de modo distinto. Ou seja, o PL n° 66/2017 cria gratificações por: Responsabilidade Técnica pela Contabilidade, Responsabilidade Técnica de outra natureza e Controlador Interno; já o Projeto de Lei n° 21/2018 cria gratificações por: Coordenação, Especial e e Controlador Interno).

Não obstante a isso, percebe-se que o objetivo da norma é indubitavelmente o mesmo, porquanto tratam da criação de três modalidades de gratificação.

Além disso, observa-se que a natureza das gratificações também é a mesma, na medida em que as razões que servem a justificar eventualmente suas concessões o são.

Isto posto, conclui-se que a proposta de encaminhamento do retorno de matéria já aprovada e vetada integralmente pelo Chefe do Poder Executivo, cujo veto foi mantido, mediante a apresentação de alteração de outra legislação e com simples distinção de nomenclatura, porém, com o mesmo tema, e o objeto visa disciplinar assunto idêntico àquele que já foi apreciado nesta mesma Legislatura, caracteriza violação ao princípio da irrepetibilidade de proposições previsto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, bem como ao art. 44 da Lei Orgânica.

DECISÃO

Pelas razões expostas, VETO o Projeto de Lei n° 21/2018.

Seguem as presentes razões ao Presidente Câmara Municipal, nos termos do art. 45, § 1º, da Lei Orgânica de Araucária.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Excelentíssimo Senhor
BEN-HUR CUSTÓDIO DE OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária
Nesta.